

## Aposta na divisão

Será difícil para a diretoria do Cpers convencer os 38 mil professores que hoje ganham menos de R\$ 1,5 mil de que devem ser contra a proposta do governo de elevar a remuneração inicial do magistério para esse patamar. O Cpers pode argumentar que a proposta descaracteriza o plano de carreira, porque iguala os primeiros níveis no mesmo valor, mas a divisão da categoria é inevitável. Há professores satisfeitos com a proposta, goste ou não o Cpers.

Ontem, o secretário da Educação, Ervino Deon, teve três oportunidades de medir a reação dos professores e diz que ficou emocionado. Deon saiu de casa às 6h da manhã e, durante o dia, visitou uma escola em Fontoura Xavier e duas em Soledade. Hoje, irá a Arvorezinha e Espumoso. De Soledade, por telefone, Deon contou à Página 10 como foi a recepção nas escolas:

– Só recebi manifestações de apoio. Antes, os professores me cobravam uma previsão sobre o aumento e eu não podia prometer nada. Ontem, fui recebido com abraços e sorrisos. Ninguém demonstrou apreensão, até porque garantimos que os direitos adquiridos serão respeitados, nem medo da meritocracia.

Desde o início, quando Mariza Abreu era secretária, o governo aposta no desgaste da direção do Cpers e sustenta que o sindicato não representa o pensamento da base. Depois da pesquisa deliberativa coordenada pelo então secretário Erik Camarano, a convicção de que era possível aprovar mudanças na Assembleia se fortaleceu. Mesmo fora do governo, ontem Camarano era um dos mais empolgados:

– Acho que é um momento positivo, em que o governo finalmente anuncia o envio das propostas para os planos de carreira, com a introdução da meritocracia, que tem amplo apoio popular, como a pesquisa deliberativa demonstrou.

A direção do Cpers e de outros sindicatos de servidores abomina a expressão “meritocracia”. Alegam que, antes de instituir a gratificação por desempenho, o governo deve melhorar as condições de trabalho para que seja possível cumprir as metas.

---

*English Translation:*

## **Betting on the divide**

It will be hard for the teachers union (Cpers) to convince the 38 thousand teachers that earn less than R\$ 1.5 thousand today that they should be against the state government's proposal to raise teachers' initial pay to this level. Cpers may argue that the proposal destroys their career plan, since it gives the same wage for everyone who are at the first levels in the career, but the divide is inevitable. There are teachers who are satisfied with the proposals, even either Cpers liking it or not.

Yesterday, Ervino Deon, Education Secretary, had three opportunities to measure teachers reactions, and he said he was touched. Deon left his house at 6 a.m. and, during the day, visited three schools in two cities. Today, he is visiting two other cities. From Soledade, by phone, Deon told Page 10 how the reaction at the schools was:

I have only heard supporting statements. Before, teachers use to charge me for a raise, when should it happen, and how much, and there was nothing I could promise. Yesterday, they greeted me with hugs and smiles. Nobody was afraid (of the measures), since we had also made sure that previous rights will be respected, nor they have been afraid of meritocracy.

Since the beginning, when Mariza Abreu was education secretary, the state government has been betting on Cpers' managers losing support, and it says that the union does not represent the thoughts of its unionized teachers. After the deliberative polling, coordinated by then secretary Erik Camarano, the belief that it would be possible to approve the reforms at the state parliament grew stronger. Even not in government anymore, Camarano was yesterday one of the most excited voices:

I think it is a positive moment, when the government finally announces it will send the bills regarding career plans to the state parliament, introducing meritocracy, which is fully supported by public opinion, as shown by the deliberative polling.

Cpers' board and other unions do hate the expression "meritocracy". They claim that, before introducing performance-based pay, the state government should provide for better working conditions in order to make it possible to achieve desired targets.